



PARTE D

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA

Anúncio n.º 40/2018

Processo: 623/16.6BECBR

**Ação administrativa especial de pretensão conexa
com atos administ. [Ant NCPTA]**

Autor: Lídia Maria Rodrigues Barata Bandeira
Réu: Município de Góis
Contrainteressados: Abel Manuel Lopes Cravo (e Outros)

N/Referência: 004815597

Faz-se saber, que nos autos de ação administrativa especial, acima identificada, que se encontram pendentes neste tribunal, são os contrainteressados, abaixo indicados, citados, para no prazo de quinze (15) dias se constituírem como contrainteressados no processo acima indicado, nos termos do n.º 5 do artigo 81.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objeto do pedido consiste:

a) a reposição da legalidade violada que se assinalou, revogando-se o ato de decisão e homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos com aprovação em todos os métodos de seleção após aplicação da fórmula prevista no Aviso de Abertura do procedimento concursal, o qual é ilegal por violação dos princípios da equidade, proporcionalidade, justiça, rigor, igualdade, imparcialidade, isenção e transparência constitucional, realizando-se novo exame por todos os candidatos inicialmente admitidos a este método de seleção;

b) a anulação o ato administrativo ilegal praticado pela Ré de improcedência do recurso hierárquico.

Uma vez expirado o prazo, acima referido (15 dias) os contrainteressados que como tais se tenham constituído, serão citados para contestar, no prazo de 30 dias, a ação acima referenciada.

O prazo acima indicado é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais. Terminado em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro, de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.

A citar:

Abel Manuel Lopes Cravo
Afonso Gil Correia Serra
Alexandra Marisa Fernandes Simões
Ana Catarina Gaspar Santos Sanches
Ana Cristina Mendes Gomes
Ana Lúcia Nunes de Almeida Martins
Ana Paula Simões da Fonseca
Andreia Reitor de Sá Pereira Tavares
Andreia Sofia Ferreira Simões
Carla Isabel Gomes Nunes
Carla Maria da Costa José
Carlos Miguel Ferreira Paiva Matos
Catarina Isabel Martins Galdes
Clara Sofia Marques Carvalho
Daniela Soraia Oliveira Dias
Edgar Eduardo Gonçalves Ferreira
Eduardo Mário Oliveira Pinto Coelho
Elisabete Rodrigues Duarte
Fátima Patrícia Trindade de Carvalho
Fernando Manuel Moreira da Rita
Filipa Alexandra Rodrigues Reis
Gertrudes de Fátima Duarte Barata
Graça Maria Rodrigues Pinheiro Correia
Isabel Maria Alves Martins
Joana Mara Silva Roque
João Pedro Rosa Pinto
José Carlos Marta Carvalho
Lídia Raquel Duarte José

Liliana Sofia Duarte Henriques
Luísa Maria Neves Simões
Márcia Filipa das Neves Trindade
Márcio André Filipe dos Anjos Neves
Marcos André Barata Queirós
Maria Aldina Almeida Cerdeira
Maria Irene Oliveira Antunes Bandeira
Maria Isabel dos Santos Carvalho
Maria Isaura Vicente de Almeida
Mariana de Oliveira Cordeiro
Marina Andreia Fernandes Simões
Mário Rui Gonçalves de Almeida Barata
Marta Sofia Antunes Amaro
Pedro Filipe Fernandes Ferreira;
Raquel da Conceição Branco de Oliveira
Rita Alexandra Filipe Carvalho
Rosa Isabel Gomes Lourenço Piedade
Sandra Isabel Caetano Oliveira
Sandra Maria de Mesquita Amaral de Carvalho
Sílvia Helena Palminha Martins
Susana Patrícia Francisco Bernardo
Tânia Sofia Alves Barata
Telma Ferrer Sales
Vânia Cristina Marques Barata
Vasco Mendes Azenha Santos Pereira
Vera Lúcia Alves Duarte.

07-03-2018. — A Juíza de Direito, *Ana Margarida Vilaverde e Cunha*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Santos*.

311191781

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 2963/2018

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 06 de fevereiro de 2018 e por despacho favorável de Sua Excelência a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, foi concedida licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional, nos termos do artigo 283.º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao Exmo. Juiz de Direito, Dr. Bruno Gonçalo Riscado Mendes Rechenha, para o exercício do cargo de membro do serviço jurídico da Comissão Europeia a título definitivo, com efeitos a 16 de junho de 2017.

7 de março de 2018. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

311191481

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 351/2018

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 6 de março de 2018, foram renovadas as comissões de serviço, por mais 3 anos, que as seguintes magistradas do Ministério Público vêm exercendo:

Licenciada **Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues**, procuradora-geral-adjunta a exercer funções no Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir de 1/03/2018;

Licenciada **Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira**, procuradora da República a exercer funções como Diretora do Gabinete de Documentação e de Direito Comparado, com efeitos a partir de 14/03/2018.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

7 de março de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

311187975